

A singularidade brasileira à luz de Norbert Elias.

Cinara Gomes De Araújo Lobo Cinara Lobo.

Cita:

Cinara Gomes De Araújo Lobo Cinara Lobo (2017). *A singularidade brasileira à luz de Norbert Elias*. XXXI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Montevideo.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-018/4100>



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A singularidade brasileira à luz de Norbert Elias

Cinara Gomes de Araújo Lobo

cinaralobo@uol.com.br

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Brasil – Brasília (DF)



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

RESUMEN

O objetivo do texto é dialogar com os clássicos da Sociologia brasileira e explorar as implicações do sistema escravista e do patriarcalismo na construção de um comportamento disciplinar. Para tanto, será importante o pensamento de Norbert Elias, a fim de descrever as interações entre os grupos sociais, as relações de força que influenciam a constituição das instituições. A hipótese é que as engrenagens do processo civilizador, conforme descritas por Norbert Elias, não funcionaram do mesmo modo no Brasil. A figuração social que se formou no Brasil pré-República não desencadeou um processo histórico que resultasse na centralização do uso da força no Estado e em estrutura de personalidade que inibisse o comportamento violento.

Palavras-chave: processo civilizador, singularidade e sociogênese.

ABSTRACT

The purpose of the text is to dialogue with the classics of Brazilian sociology and to explore the implications of the slave system and patriarchy in the construction of disciplinary behavior. To that end, Norbert Elias thoughts will be important in order to describe the interactions between social groups, the relations of force that influence the constitution of institutions. The hypothesis is that the gears of the civilizing process, as described by Norbert Elias, did not work in the same way in Brazil. The social figuration that formed in pre-republic Brazil did not trigger a historical process that resulted in the centralization of the use of force in the State and in personality structure that inhibited violent behavior.

Keywords: Civilization process, sociogenesis, singularity.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

I. Introdução

O Brasil é uma sociedade indisciplinar. As engrenagens do processo civilizador, como descritas por Norbert Elias, não se desenvolveram no país. A tese do Brasil como uma sociedade indisciplinar foi lançada por Luciano Oliveira (2011). Em “Relendo Vigiar e Punir”, o autor ressalta a realidade das atuais prisões brasileiras que em lugar do “adestramento das almas” das instituições panópticas de Foucault, a regra é o “espancamento nas ruas ou no posto policial”. Aproximam-se muito mais das masmorras da Idade Média que dos princípios dos presídios modernos, em razão de suas condições de higiene, violência e superlotação. Por essa razão, ele questiona se seria pertinente utilizar os conceitos de Michel Foucault para interpretar as instituições nacionais. Estendemos o questionamento também em relação ao modelo de processo civilizador identificado por Norbert Elias (1994b, 1993).

No Brasil, em razão das particularidades de seu processo histórico, não se desenvolveram as estruturas psíquicas capazes de refrear o comportamento impulsivo, de controlar instintos e emoções, e que dotariam os indivíduos das capacidades psíquicas necessárias para o convívio social. Como se trata de um processo, o país não alcançou o estágio civilizador onde as relações de conflitos passam a ser resolvidas por métodos não violentos, a partir da mediação do Estado. Os índices de violência no Brasil permanecem entre os mais altos do mundo. Para demonstrar a tese iremos investigar o tipo particular de figuração social da qual originaram instituições que não contribuíram para produzir o comportamento disciplinar. Se for possível falar de um processo civilizador na Europa, que começou no século XVIII e se desdobra até a atualidade, também podemos investigar as razões que nos impedem de alcançá-lo. Se a sociedade de corte, descrita por Norbert Elias (2001), originou o comportamento comedido, a conduta racional e maior controle do indivíduo sobre suas emoções; no Brasil, estamos sofrendo as consequências de um longo processo histórico, que também pode ser datado a partir da Idade Moderna, mas que possui características completamente diferentes.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

A questão leva, inevitavelmente, para o problema da singularidade brasileira, mas numa abordagem que não procura pelo conjunto de qualidades, valores, elementos culturais herdados dos colonizadores portugueses, ou das culturas americanas e africanas que povoaram o Brasil. Singularidade como resultado de uma figuração social particular, a partir da qual se construíram os fundamentos das instituições brasileiras. O argumento que defenderemos é de que as engrenagens do processo civilizador, conforme descritas por Norbert Elias, não funcionaram do mesmo modo no Brasil. Os elementos fundamentais para desencadear o processo civilizador da maneira como ocorreu na Europa e Estados Unidos não se repetiram na história brasileira. Não houve um processo histórico que resultasse na centralização do uso da força física no Estado e em estruturas de personalidade que inibissem o comportamento violento.

A nossa sociedade é uma sociedade de indivíduos que não aprenderam a controlar a força bruta, a emoção animal, o ato impensado. A sociedade está em nosso inconsciente não como um dever-ser que nos obrigue a respeitar o direito do outro, a renunciar a vontade e desejos imediatos, que nos provoque a repugnância dos atos violentos, o sentimento de horror as cenas de violência explícita. Não. Ainda são comuns os linchamentos públicos. O Brasil tem um linchamento por dia¹. Nada mais medieval que uma cena de linchamento. Nos presídios brasileiros são comuns rebeliões onde um preso corta o pescoço do outro com uma navalha improvisada. Friamente e lentamente. Não somos uma sociedade em que a agressão física nos cause repugnância. Cada sociedade produz um padrão específico de controle emocional, diz Norbert Elias (ELIAS, 1994b:199). Ou seja, o modo como a sociedade se organiza para produzir riqueza e distribuí-la, como valoriza certos comportamentos e recrimina outros, como se estabelecem as relações de poder, de prestígio e privilégio, tudo isso leva a um tipo de economia das emoções.

Sociedades guerreiras, onde é constante a participação de seus membros em guerras e conflitos armados, em que cada um cuida de sua própria segurança e as atividades produtivas baseiam-se

¹ “Brasil tem um linchamento por dia, não é nada excepcional”, entrevista com José de Souza Martins, El País, São Paulo, 9/07/2015, disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/09/politica/1436398636_252670.html. Consultado em 25/09/2017, às 8h10.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

mesmo que, parcialmente, em saques, invasões e apropriações; tendem a não valorizar o comportamento educado e comedido, mas sim a conduta agressiva. O Brasil ainda é, em pleno século XXI, uma sociedade de guerreiros. Por uma estranha razão, que precisa ser investigada, o Brasil chegou a pós-modernidade sem confiar no Estado para resolver os conflitos internos. O Estado não possui o monopólio do uso da força física. Com ele concorrem grupos armados e até mesmo, o cidadão comum que acha necessário armar-se para se defender da bandidagem. O cidadão constrói seus fortes nos condomínios de luxo tão comuns nos centros urbanos brasileiros, erguem guaritas de segurança até em prédios, montam milícias particulares². Por isso, não é exagero perguntar qual foi o processo histórico que, diferente do que ocorreu no mundo Ocidental Moderno, não resultou no indivíduo disciplinar?

A hipótese é que um conjunto de fatores se somou a fim de que o comportamento agressivo se mantivesse como padrão de conduta socialmente aceito. A forma de colonização do Brasil originou um tipo de figuração social que exercerá influência no tecido social brasileiro até mesmo após o fim do Império. O modelo da casa-grande contribuiu para o isolamento social e a concentração de poder no patriarca, dela originaram padrões agressivos de conduta típicos do regime escravista implantado. A aliança para viabilizar o Estado brasileiro, formada pelo setor agroexportador e estamento, não modificou o padrão de conduta da casa-grande; contribuiu para perpetuar a conduta violenta. A sociogênese do Estado nacional não foi acompanhada pelo desenvolvimento de uma estrutura particular de personalidade em que instintos primários fossem reprimidos, dando origem a um processo de pacificação da sociedade.

Ao retornar ao tema da singularidade nacional, queremos identificar a teia de interdependências que influenciou o processo de formação do Estado, descrever a configuração social específica que impediu a centralização do uso da força física no Estado e a pacificação da sociedade como ocorreu nas nações ocidentais modernas. A questão é qual a relação entre a configuração social e o processo

² Ferraz, Lucas. "Para cada agente público de segurança, há três privados", publicado em 16/02/2009, Folha de São Paulo, Cotidiano, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1602200911.htm>, consultado em 25/09/2017, às 8h44.



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

de formação do Estado nacional que não resultou no desenvolvimento da conduta racional-disciplinar?

II. A casa-grande e o padrão de conduta brasileiro

A casa-grande é uma figuração social específica que tem origem a partir da colonização do Brasil. Corresponde a núcleos rurais isolados e economicamente independentes, espécie de pequena república constituída para servir ao trabalho agrícola, onde todos os residentes estão subordinados a figura do patriarca rural. Reúne uma matriz de relações que se repete não importa a região geográfica do país. Seu centro são as relações antagônicas entre o residente na casa-grande e o morador da senzala, mas deste núcleo partem feixes paralelos: “*as relações do filho com o pai; às vezes sociologicamente prolongadas nas do escravo com o senhor; as de marido com esposa; as de devoto com santos; as de menino com adulto; as de civilizado com selvagem (...)*” (FREYRE, 1968:120). Por isso, Freyre diz que a casa-grande é uma criação genuinamente nacional (FREYRE: 2002a) Não se referia a sua arquitetura, mas a esse desenho de relações que em nenhum outro lugar do mundo se repetiu e que foi a unidade a partir do qual se fez a colonização do extenso território nacional, com profunda influência na formação social brasileira³.

Nossa hipótese é que a figuração social da casa-grande, o padrão específico de controle emocional que se formou em seu ambiente, derivado das contínuas relações sociais entre os seus atores, ainda influencia o padrão de conduta brasileiro. Com isso não queremos dizer que valores do ambiente rural migraram para as novas instituições que surgiram a partir da formação do Estado nacional e com o avanço do processo de urbanização. Mas sim que o desenvolvimento social que se originou a partir do complexo da casa-grande, que inclui o latifúndio, a monocultura e a escravidão; gerou tendências de longo prazo cuja direção não foi no sentido de intensificar o processo civilizador, de contribuir para aumentar autocontrole dos indivíduos sobre seus impulsos e emoções primárias. O sistema escravista exigiu para o seu funcionamento o uso abusivo da força física, gerando uma

³ Para saber mais sobre a biografia de Gilberto Freyre e a construção do seu pensamento, consultar Pallares-Burke (2005).



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

estrutura de personalidade agressiva que se estendeu para além da esfera doméstica e de trabalho, contaminando todo o tecido social. Com a formação do Estado nacional o padrão de conduta não se alterou radicalmente, pois não foram criadas instituições disciplinares que o modificassem, pelo contrário, elas atuaram reforçando o legado escravista. Parafraseando Joaquim Nabuco, queremos dizer que: *“o nosso caráter, o nosso temperamento, a nossa organização toda, física, intelectual e moral”*, continuou, *“terrivelmente afetada pela influência com que a escravidão passou trezentos anos a permear a sociedade brasileira”* (NABUCO, 2002:26). Ela liberou os impulsos naturais e agressivos, transformou a estrutura de personalidade do indivíduo. A partir dela se originou um *self* grupal específico.

Esta posição não é a de Gilberto Freyre. Para ele, a casa-grande perde poder político com a chegada da Corte Portuguesa e a criação do Estado nacional. Em Sobrados e Mocambos, ele defende que, a partir do século XVIII, começam a surgir, na paisagem urbana, burgueses enriquecidos nas minas e comerciantes portugueses. O processo de urbanização, acompanhado de incipiente mercado capitalista e da introdução das primeiras máquinas industriais, colocou em conflito os valores europeus burgueses e os antieuropeus próprios do patriarcalismo rural (FREYRE, 2002b:740).

Sergio Buarque de Holanda concorda com a interpretação de Gilberto Freyre. Em sua narrativa dualista, ele opõe dois momentos históricos: o da colonização, em que predomina a influência da sociedade agrária e o trabalho escravo, e o republicano, com predomínio da sociedade urbana e o trabalho assalariado. A cultura do café, a partir da metade do século XIX, torna os centros rurais colônias das cidades, dependentes de gêneros alimentícios (BUARQUE, 1995:180).

Portanto, o vetor da mudança cultural, tanto em Freyre quanto em Buarque de Holanda, é o processo de urbanização. Interpretações recentes seguem a mesma linha de Freyre e Holanda. Pechman (1999), por exemplo, diz que a vinda da família real para o Brasil provoca verdadeira transformação na cidade do Rio de Janeiro. A principal mudança destacada pelo autor é no modo como as desordens urbanas passam a ser tratadas: não mais por sanções punitivas, mas pela estratégia da *“integração pela civilidade”*. O Estado em vez do castigo, da repressão pelo uso da força, passa direcionar para mais civilidade tentando modificar os hábitos e costumes dos



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

moradores da cidade da capital. A polícia assume um papel educativo, procurando incorporar o indivíduo no mundo da ordem, pela substituição da falta-crime por medidas reparadoras do dano.

Jessé Souza (2000) é outro autor que também atribui à transferência da Corte portuguesa para o Brasil, à vinda da família Real, mudanças de ordem social, política e econômica. O autor critica o que chamou de “inautenticidade do processo de modernização”. Para ele, de fato houve “enorme transformação social”, que originou uma “nova sociedade” e “nova hierarquia social”, “novo tipo de relação social” com a entrada em cena do burguês e do mulato/artífice e o mestiço bacharel. Os valores modernos chegam de “navio” com a família Real e modificam a vida social do Brasil Colônia, fazendo nascer o Estado e o mercado.

Souza agrupa sob o conceito de “inautenticidade do processo de modernização” os autores que defendem a permanência de valores arcaicos, rurais na construção das instituições políticas brasileiras. Ele destaca Sergio Buarque de Holanda como o melhor representante desta corrente. Para ele, o processo de urbanização e europeização que acontecem no Brasil a partir da chegada da família real, em 1808, tem consequências sobre os supra poderes dos chefes locais, sendo evidências a cobrança das operações de empréstimos que até então não aconteciam. Estabelece diferença entre o posicionamento de Freyre e Holanda sobre o assunto. Enquanto Holanda seria o melhor representante desta visão da “inautenticidade”, pois para ele os valores rurais migram para o ambiente urbano e desvirtuam o funcionamento do Estado; credita a Freyre o mérito de “...*ter percebido que a revolução modernizadora da primeira metade do século XIX tinha vindo para ficar e para “por de ponta cabeça os valores do personalismo então dominante no nosso país. O personalismo é vencido tanto na esfera privada, da própria casa do senhor de terras e de gente, como no espaço público (SOUZA, 2000: 255).*

A posição que buscamos demonstrar é que a configuração social do período resistirá, sem grandes mudanças, até o final do Império⁴. A vinda da família real, a proclamação da independência brasileira, o fim da escravidão e as mudanças culturais da urbanização têm pouco impacto na

⁴ Temos fortes indícios de que resistirá para além da República. Somente a partir de 1934, ousaríamos datar a socio-gênese do Estado brasileiro, assim mesmo, com muitas restrições.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

configuração social, por isso, também poucas serão as mudanças no sentido de uma moderna sociedade disciplinar, de acirrar o processo civilizador segundo os parâmetros elisianos. Os “elementos tradicionais” permanecem, adaptando-se ao ambiente urbano, pois não houve alterações radicais na estrutura das relações entre os grupos sociais. Não houve um estrato da sociedade, uma nova figuração social que viesse contribuir para a remodelação das pulsões e sentimentos no sentido de condutas civilizadas.

Para que houvesse mudança significativa no padrão emocional do brasileiro, para que se repetisse no país a mesma tendência do processo civilizador do Hemisfério Norte, seria necessária progressiva centralização do uso da força física no Estado; mas não foi o que aconteceu. Pelo menos até a República, não se edificaram as estruturas burocráticas necessárias para que o Estado desempenhasse suas funções essenciais. Numa dominação do tipo racional-legal, para garantir a manutenção da ordem num território, o domínio dos conflitos intra-estatais, e a soberania frente a outras nações; o Estado deve ser capaz de **arrecadar tributos, administrar aparato coercitivo e sistema de justiça** (Cf. KJAER, HANSEN, THOMSEN: 2002; GOMIDE E PIRES: 2014). Essas são atribuições básicas que definem a capacidade estatal e, na ausência delas, não se pode falar em Estado, pelo menos, segundo as características típicas do modelo burocrático. Ora, mas são exatamente tais qualidades que faltavam ao nascente Estado brasileiro e que foram, desde então, o seu desafio.

No modelo teórico elisiano, o processo civilizador engloba a sociogênese do Estado e do mercado, e a psicogênese que resultará na conduta racional-disciplinar. São processos concomitantes. As garantias de segurança dadas pelo Estado (propriedade, vida, integridade física) levam os homens a confiarem na solução pacífica dos conflitos e a delegar às instituições estatais a defesa de sua vida e de seus familiares. Ao delegar às instituições estatais a defesa de suas propriedades, de suas vidas, os homens não necessitam constantemente participar de guerras ou conflitos diretos. A aliança entre Estado e burguesia permite contratar forças mercenárias para defesa das fronteiras territoriais. A nobreza desocupa-se da guerra e o Estado passa a regular tanto os conflitos internos como os externos. Ao garantir a segurança para as trocas econômicas, o Estado fortalece a burguesia e cria as



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

condições necessárias para o funcionamento do mercado. Nesse quadro de mudanças, o atributo de diferenciação social deixa de ser o emprego da força física. As emoções, os ímpetos de violência, de amor e ódio, são auto reprimidos por não serem mais necessários. Outras qualidades tornam-se fontes de poder e prestígio: vestimentas, linguagem, modos a mesa, conhecimento etc. Assim, a formação dos Estados nacionais é acompanhada pelo desenvolvimento de figurações sociais onde a concorrência e as disputas individuais terão que ser resolvidas por métodos não violentos.

Nessas sociedades, a rede de relações em que o sujeito está inserido cobra-lhe um controle cada vez maior sobre seus impulsos e emoções, exige novas formas de interação e o domínio de novos códigos de comportamento. A competição por poder e prestígio se desenrola por meio de estratégias que não envolvem a violência, mas que se utiliza de capitais valorizados socialmente para responder as disputas que ocorrem no intrigado jogo social. O controle sobre suas emoções é a qualidade que credencia a ocupar posições privilegiadas. Por isso, o indivíduo esforça-se para adquirir essa qualificação, modela sua conduta para atender às regras de convivência socialmente aceitas, e assim a repressão externa acaba, com o tempo, tornando-se auto repressão, as coerções sociais são internalizadas.

Portanto, o aparecimento do Estado-nação cria as condições para o desenvolvimento da estrutura de personalidade disciplinar, onde impulsos e emoções são auto reprimidos e o comportamento vai se tornando cada vez mais civilizado. O processo civilizador é também um processo pacificador da sociedade na medida em que resulta em maior repressão aos comportamentos agressivos. O vetor da mudança não são os hábitos sociais, a sofisticação de consumo, a introdução de regras de etiqueta, os refinamentos sociais. Esses são apenas aspectos visíveis de um processo íntimo que acontece na estrutura de personalidade do indivíduo, resultado das interações sociais e das pressões que sofre por adaptar sua conduta aos padrões socialmente aceitos e valorizados.

Para que o processo civilizador se desenvolva são condições essenciais a:

1. formação de corpo burocrático-administrativo para desempenhar funções de Estado básicas, como a arrecadação fiscal e exercício jurídico;



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

2. formação de força militar para garantir o desarmamento da população e a resolução de conflitos políticos e econômicos de forma pacífica; e
3. intensificação das interações sociais fazendo desenvolver a faculdade psicológica de autorepressão de pulsões e instintos.

No Brasil, até o final do Império, não houve as condições que possibilitassem desencadear o processo civilizador. Fatores muito particulares dificultaram a formação do Estado-Nação, ao mesmo tempo, que favoreceram a conduta impulsiva e violenta.

III. As condições particulares

No Brasil, apenas muito recentemente surgiram as condições que Norbert Elias entendia como fundamentais para fazer mover as engrenagens do processo civilizador: o aumento da população e a escassez de meios de produção que aumentariam a competitividade, levando a especialização de funções e, por consequência, a interdependência entre os indivíduos (Cf. ELIAS, 1993). Durante a monarquia, terra era um meio de produção abundante e a população era pequena para povoar a imensidão de áreas agricultáveis. A população teria que aumentar muito para haver escassez de terras, mesmo considerando que grande parte delas estivesse monopolizada por latifundiários. Além disso, o maior desafio não era a posse da terra, mas torná-la agricultável. O segundo, escoar a produção até os centros comerciais, vencer as distâncias levando a produção até os centros urbanos. Por essa razão, a terra tinha pouco valor quanto mais se avançava para o interior do Brasil. O que valia era a mão de obra escrava, pois se julgava que somente o trabalho escravo era capaz de realizar o enorme esforço físico necessário para agricultar a terra.

No Brasil monárquico, não existem as circunstâncias que desencadearam o nascimento do Estado na Europa: escassez de terras, grande contingente populacional espremido em estreitas propriedades, necessidade de aumentar a produtividade da terra, especializações de funções, maior interdependência entre os estratos sociais. Outro fator que dificultou a formação do Estado no Brasil foi a falta de mão de obra qualificada para assumir os cargos públicos. O moderno Estado



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

burocrático exige a oferta de profissionais especializados para desempenhar suas funções, não apenas alfabetizados, mas com conhecimento técnico para executar com eficiência as funções administrativas. A grande extensão do território nacional, a maneira como ocorreu seu povoamento, favoreceu a dispersão da população de tal forma que não havia pessoas qualificadas, sequer alfabetizadas para assumirem as funções de estado (Cf. BASTOS, 1870; URUGUAY, 1862, 1865). Mesmo que o governo português quisesse aumentar a capilaridade do Estado, teria que empreender enorme esforço de gestão para importar mão de obra qualificada e instalar corpo administrativo em todas as províncias.

Outras particularidades estabeleceram obstáculos à formação do Estado-Nação. A concorrência da mão de obra livre com o trabalho escravo deixou poucas oportunidades no comércio, na indústria e na agricultura onde o homem livre pudesse se empregar. Foram nas funções de conquista, de defesa da propriedade, de captura e policiamento dos escravos que ele encontra oportunidades de ascensão social. O proprietário de terras o aproveitou como capataz para vigiar o trabalho do escravo, no pastoreio do gado, no transporte da produção agrícola, mas principalmente como membro de suas milícias particulares. É a habilidade militar que lhe é requerida, não o trabalho metódico e disciplinar. Nada o incentiva a dedicar-se ao trabalho agrícola, que não lhe garante renda, não lhe confere prestígio, não lhe traz poder, além de aproximá-lo do escravo que ele despreza. Como membro da milícia de algum coronel, ele mantém seu status, partilha do prestígio militar e político de seu chefe; faz-se temido e respeitado em sua região (cf. VIANA, 1938; 2002)

Mesmo quando suas funções de guerrear não são mais tão necessárias, ele continua empregado na fazenda como contingente de reserva do senhor rural, que o convocará a qualquer nova situação de conflito. Para o trabalhador livre, a situação responde à necessidade de terras para residir e agricultar, produzindo o necessário para sua subsistência, além de lhe garantir a proteção do senhor rural, proteção que o Estado não é capaz de dar. Formam-se assim exércitos particulares que irão concorrer com a força militar do Estado, dificultando garantir o monopólio estatal do uso da força. A demonstração de força desses exércitos evidencia na série de revoltas que acontecem



XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

logo após a independência do Brasil e que se estende até 1840, ameaçando dividir o território nacional em dezenas de países independentes (Cf.MELLO, 2004; ABRANCHES, 1970; NABUCO, 1899).

O sistema escravista de produção, além de gerar um contingente de homens desempregados que servirão para compor as milícias particulares dos senhores de terras, também incentivará o predomínio de um tipo de economia de emoções que favorece o comportamento agressivo e sádico. Nos trezentos anos que durou a escravidão no Brasil, não sobrou um pequeno espaço da rede de relações sociais que não fosse subvertido para o seu padrão emocional. Joaquim Nabuco diz que, moralmente, a escravidão foi a *“destruição de todos os princípios e fundamentos da moralidade religiosa ou positiva – a família, a propriedade, a solidariedade social, a aspiração humanitária: politicamente (foi) o servilismo, a desagregação do povo, a doença do funcionalismo, o enfraquecimento do amor à pátria, a divisão do interior em feudos (...)”* (NABUCO; 2002: 149).

Para escravidão existir foi preciso que dois tipos contrários fizessem sua aparição: o extremamente servil e, na outra ponta da cadeia social, o indivíduo extremamente perverso. O escravo foi exposto a um regime de pauperização, de desenraizamento cultural, de sofrimento físico e psicológico, de completo esvaziamento da vontade individual que o tornou extremamente servil, conforme descreve Nabuco: *“... aprende a não levantar os olhos para o senhor, a não reclamar a mínima parte do seu próprio trabalho, impedido de ter uma afeição, uma preferência, um sentimento que possa manifestar receio, condenado a não se possuir a si mesmo inteiramente uma hora só na vida”* (idem: 43).

Na opinião de Nabuco, a escravidão levava a servilidade, a completa renúncia da vontade, ao sujeitar-se sem restrição, o entregar o corpo e também a alma: *“É que a escravidão só pode existir pelo terror absoluto infundido na alma do homem”* (idem: 93). No topo da pirâmide social, também ocorre um processo de transformação, de produção do indivíduo sádico. O aristocrata da Corte Portuguesa, ao migrar para o Brasil, sofre uma lenta transformação, que começa com o desafio de construir os engenhos, de dominar a mata virgem, de guerrear contra os indígenas, de defender os limites de suas propriedades em guerras com famílias vizinhas rivais, de empreender a



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

conquista dos sertões brasileiros à procura de ouro e de terras onde montar fazenda pastoril; um processo que não para de avançar e se acirra no uso constante da violência física para dominar o negro e submetê-lo ao trabalho intenso (Cf.VIANA, 1999; 2002). A escravidão conclui a obra de embrutecimento. O resultado desse longo processo não se esgota nas rotinas de trabalho dos engenhos de açúcar e das fazendas de café, visíveis ao observador externo, ele transforma as estruturas psíquicas do indivíduo, molda um tipo particular de temperamento como bem descreveu Burlarmaqui: *“O espetáculo dos suplícios, e do sangue, deve produzir a raiva, e desnaturar o caráter de todos os indivíduos da raça livre. O hábito do arbítrio, e da violência, torna os senhores de escravos violentos, vingativos, e cruéis uns a respeito dos outros: os assassinatos premeditados, frutos da vingança a mais cega, e a maior parte das vezes a mais mal motivada, são testemunhas irrefragáveis desta verdade”* (BURLAMAQUI;1837:45).

A escravidão necessitava do crescente emprego da força física para obrigar o escravo a trabalhar. Somente o medo o fazia submeter-se ao trabalho intenso. Também contribuía para aumentar a crueldade dos castigos infligidos aos escravos o sentimento permanente de insegurança que as rebeliões inspiravam entre os proprietários rurais e mesmo entre a população livre residente nas cidades. Tanto temiam que as rebeliões figuravam entre os crimes mais graves que os escravos poderiam cometer, sendo punidas com a morte ou prisão perpétua. Há indícios de que as rebeliões foram mais constantes do que descreve a literatura convencional. Pesquisa realizada por Flávio Gomes (2005; 2015) enumera várias datas e regiões de fuga dos cativos que culminou na formação de quilombos.

A casa-grande, como principal núcleo social do Brasil pré-República, não comportava em seu seio, senão como maquiagem, condutas polidas e civilizadas. As relações sociais que se desenvolveram em seu ambiente e dessa com o mundo exterior não favoreceram a disciplinalização do indivíduo, a racionalização, o autocontrole emocional. Pelo contrário, a casa-grande defendeu-se pelo uso constante e ostensivo da força física, sustentou sua atividade econômica a partir de ameaças e castigos infligidos contra o negro, fez do trabalhador livre o capanga responsável por vigiar e punir o escravo, o membro armado de milícias usadas tanto para proteger a posse da terra



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

como para invadir propriedades. As relações sociais e a figuração social dela decorrentes irão privilegiar o emprego constante da força física, o uso de armas, o confronto direto. Por essa razão, a casa grande não é, como defendeu Gilberto Freyre (2002a), uma instituição civilizadora, pelo menos, não no sentido de civilização usado por Norbert Elias. Dela não se origina a repreensão aos instintos e pulsões, o jogo sofisticado da corte, o disfarçar opiniões e emoções. A casa-grande precisa do emprego da força física para existir.

IV. A formação do Estado Brasileiro

O processo de constituição do Estado brasileiro não foi acompanhado da desmilitarização da sociedade e da concentração em um grupo específico que se especializasse na arte da guerra, preparado exclusivamente para exercer o monopólio do uso da força e submetido a um comando central. O processo de constituição do Estado brasileiro se fez acompanhar do levante de grupos armados, sem que o governo central conseguisse enfrentá-los e submetê-los, pois não dispunha de recursos financeiros para custear exército próprio (IZECKSOHN, 2001; SALDANHA, 2010; SEIDLER, 2003, ALMEIDA, 2013). Nas províncias mais distantes, a unidade nacional foi confiada a grupos políticos locais, que convocavam suas milícias de voluntários (Cf. ABRANCHES, 1970; DOLHNIKOFF, 2005; CARVALHO, 2012; MELLO, 2004).

Somente quando o café se torna o principal item na pauta das exportações brasileiras, a arrecadação fiscal proveniente gera recursos para o Estado financiar o corpo policial mínimo e necessário para garantir a centralização das funções de governo (Cf. PARRON, 2011; BUESCU, 1984). Quatro processos são paralelos: conforme o café conquista o posto de principal item na pauta de exportações brasileiras, aumentam as despesas do Estado, centraliza-se a justiça e a força policial e reduzem-se os conflitos armados. Não que as quatro variáveis se expliquem, mas estão relacionadas. De 1840 para 1889, as despesas do Estado subiram de 22,7 para 186,16 mil contos⁵,

⁵ Cf. Estatísticas Históricas do Brasil: séries econômicas, demográficas e sociais de 1550 a 1988, Rio de Janeiro, IBGE, 1990, p. 616; Guimarães, Carlos Gabriel. A presença inglesa no Império Brasileiro: a firma Edward Johnston & Co. e o comércio exportador, 1842–1852. Revista Tempo, N. 37, VI.1, 2015, p. 1-21.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

enquanto as receitas variaram de 16,3 para 160,84 mil contos. No mesmo período, o café subiu sua participação nas exportações brasileiras de 43,8% para 62,2%.

O Estado brasileiro se viabilizou, financeiramente, a partir do aumento nas exportações de café. Passou a dispor de recursos para sustentar máquina administrativa e policial que irá manter a ordem pública. O que não significou o completo desarmamento dos senhores de terras, o monopólio do uso da força pelo Estado, pois os chefes provinciais continuam a comandar suas milícias particulares e fazer uso delas para eleger seus candidatos e dominar os cargos públicos. Apenas recuam dos confrontos com o objetivo de tomar o Estado, de retirar completamente do poder os grupos dirigentes. Passam a se organizar em torno dos partidos políticos e revezarem-se no poder, ficam sujeitos a tutela e fiscalização das autoridades centrais (CF.VIANA, 1999). As mudanças institucionais que acompanham a nova ordem social possibilitam que o comércio de escravos volte a operar, mesmo na situação de ilegalidade, pois o sistema jurídico e policial passam ao domínio de funcionários do governo central. O grupo dirigente, o estamento de Faoro (2001), está comprometido com a manutenção do sistema escravista, base para a produção do café. Do partido Conservador, que dominou o segundo Império, saem as principais lideranças políticas, vindas principalmente das duas províncias escravagistas, Rio de Janeiro e Minas Gerais (Cf. TORRES, 1968).

No processo civilizador descrito por Elias, a aliança que irá possibilitar o Estado e o monopólio do uso da força física se faz com a burguesia, enquanto no Brasil se estabelece com os setores escravistas produtores de café. Mesmo a classe comercial e financista, ocupada com as exportações e financiamentos do café, estava comprometida com a manutenção da ordem escravista, pois indiretamente devia seus ganhos a essa atividade econômica.

V. Conclusão

No Brasil, os vazios demográficos, as longas distâncias a separar um povoado de outro, a precariedade de estradas e sistemas de comunicação entre os grupos, as poucas cidades existentes e



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

os latifúndios autossuficientes resultaram numa economia de emoções diferente daquela que acompanhou a formação dos Estados nacionais no Hemisfério Norte. A implicação desses fatores acentuou-se ainda mais pelo sistema escravista implantado no país, que se alimentou da conduta agressiva. O modo de colonização portuguesa, em que grandes extensões de terras foram confiadas a particulares, fez nascer os potentados rurais organizados no sistema escravista de produção, comandados pelo patriarca e seus exércitos particulares, autossuficientes tanto econômica quanto militarmente, dotados de suas próprias regras e leis, impenetrável a força militar e ao ordenamento jurídico do Estado, enfim, pequenas repúblicas independentes. Esses grupos locais vão resistir a qualquer legislação ou instituição que tenha o objetivo de centralizar a administração pública, a justiça, a arrecadação de impostos e a força militar. Portanto, vão concorrer com o Estado, dificultando a sua estruturação.

A aliança entre Estado e cafeicultores não resultou na dissolução ou enfraquecimento dos potentados rurais, pelo contrário, saíram fortalecidos justamente aqueles onde o sistema escravista continuava a se desenvolver mesmo após a edição de leis e acordos internacionais que proibiam o tráfico. A arrecadação fiscal do Estado tornou-se dependente das exportações do café e das importações dele derivadas; dependente da riqueza que se originava nas fazendas de café, produzida por braços escravos. Como do Estado poderiam originar valores, normas, hábitos diferentes das forças econômicas que os sustentavam? O poder, o prestígio e os privilégios vinham da posse da terra e de escravos, da extensão dos exércitos particulares. As condutas polidas e educadas que se desdobravam nos salões da Corte ou nos casarões dos barões do café eram elementos superficiais que não participavam da organização das trocas econômicas e da distribuição de poder. O capital social valorizado é de outra natureza, a habilidade que se exige é a de possuir e dominar exércitos compostos por trabalhadores livres e escravos. Por isso, as funções sociais que regulam a rede de necessidades entre os grupos sociais não resultam na conduta racional-disciplinar. Os sistemas econômico, político, jurídico e social implantados no Brasil não contribuem para desenvolver no indivíduo uma estrutura psíquica que reprima comportamentos impulsivos e agressivos. Toda a tendência é no sentido contrário.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Os núcleos rurais, a partir dos quais a sociedade brasileira se organizou, trouxeram consequências que até hoje continuam a repercutir, pois legou-nos um padrão emocional que ainda orienta a conduta do brasileiro comum. A tendência persistente de longo prazo que se observa no Brasil não é no sentido de uma moderna sociedade disciplinar, de maior repressão aos impulsos primários; mas da continuidade de padrões agressivos de relacionamento que se expressam nos altos índices de violência dos centros urbanos. Para haver uma transformação no código de comportamento, o Brasil precisaria de um robusto Estado burocrático para dar conta de unificar sob um mesmo ordenamento jurídico o seu imenso território e a diversidade de povos e cultura. Militarmente capaz de garantir direitos civis aos cidadãos, principalmente os destituídos de propriedade, em outras palavras, o Estado armado para combater milícias particulares que ameaçam o exercício da cidadania: o direito de votar e ser votado, a integridade física, a propriedade privada. Ainda seria necessário um Estado burocraticamente robusto para desenvolver políticas públicas que incluíssem no sistema produtivo a imensa população analfabeta e empobrecida herdeira das correntes da escravidão.

O Estado brasileiro, se é que assim o podemos chamá-lo, nunca conseguiu instituir um corpo burocrático-administrativo para desempenhar suas funções básicas, como a arrecadação fiscal e exercício jurídico. Nunca chegou a existir no Brasil, e até hoje permanece a carência, um Estado minimamente organizado para responder aos desafios que surgiram desde o início de sua ocupação: a centralização do uso da força e a resolução pacífica dos conflitos internos. O modelo de colonização portuguesa fez nascer o caudilho, os potentados rurais, com seus exércitos particulares e seus mundos fechados, onde o ordenamento jurídico não era válido e onde a força militar do Estado não penetrava. O sistema escravista implantou uma economia de emoções que só se viabilizou pelo uso constante e ostensivo da violência. A independência econômica e militar dos potentados levou-os a desafiar o Estado em revoltas separatistas que duraram até a metade do século XIX e onde toda a população das cidades era exposta às situações de conflito. Até o final do Império, o Estado não possui o monopólio do uso da força, ele não protege o cidadão comum, não desenvolve instituições estatais que disciplinem, eduquem, preparem a população para a vida cívica.



XXXI CONGRESO ALAS URUGUAY 2017

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

Portanto, a singularidade brasileira, o que de particular define o Brasil, é a figuração social que dará origem ao Estado brasileiro e a um tipo particular de economia das emoções que está longe de conduzir para uma sociedade pacificada e para uma conduta do tipo disciplinar. As extremas diferenças entre os estratos sociais, entre os caudilhos e os escravos, entre os caudilhos e trabalhadores livres, ou entre, comerciantes de grosso trato e escravos, também apontavam para imensas diferenças de poder, sendo que o Estado não aparece para contrabalançá-las e proteger os direitos do cidadão comum. O Estado é mais uma força a oprimir o despossuído ao ponto em que o trabalhador livre enxerga no caudilho seu protetor. Mas esta é outra parte da história do Brasil indisciplinar.

VI. Bibliografia

- ABRANCHES, Dunshee de. (1970) A Setembrada: a Revolução Liberal de 1831. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil.
- ALMEIDA, Felipe Pessanha de. (2013). A Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra (1821-1889). Caderno Mapa, n. 6, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- BASTOS, Tavares. (1870) A província: estudos sobre a descentralização no Brasil. Rio de Janeiro: H. Garnier.
- BUESCU, Mircea. (1984). Organização e Administração do Ministério da Fazenda no Império. In TAPAJÓS, Vicente (coord.). Coleção História Administrativa do Brasil. Brasília, Fundação Centro de Formação do Serviço Público.
- BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo Cezar. (1837) Memoria analytica a' cerca do commercio d'escravos e a' cerca dos malles da escravidão domestica. Rio de Janeiro, Typographia Commercial Fluminense.
- CARVALHO, José Murilo de,; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Coord). (2012). A construção nacional: 1830-1889. Rio de Janeiro: Objetiva.
- DOLHNIKOFF, Miriam. (2005). O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX. São Paulo, SP: Globo.
- ELIAS, Norbert. (1994a) A Sociedade dos Indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (1994b). O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vl.1.
- _____. (1993). O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., vl.2.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- _____. (2001). *A Sociedade de Corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- FAORO, Raymundo. (2001). *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 3ª ed.
- FREYRE, Gilberto. (2002a) *Casa-Grande & Senzala – Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. SANTIAGO, Silviano (coord.). *Coleção Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vl.1, 2ª edição.
- _____. (2002b). *Sobrados e Mocambos – Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. In SANTIAGO, Silviano (coord.). *Coleção Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vl.1, 2ª edição.
- _____. (1968). *Como e Porque sou e não sou sociólogo*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília.
- GOMES, Flávio dos Santos. (2005). *A Hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil (séculos XVII – XIX)*. São Paulo: Unesp.
- _____. (2015) *Mocambos e quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (2014). *Capacidades estatais e democracia: abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas*. In: GOMIDE, Alexandre de Ávila; PIRES, Roberto Rocha C. (Org.). *Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas*. Brasília: Ipea, p.15-28.
- GUIMARÃES, Carlos Gabriel. (2015). *A presença inglesa no Império Brasileiro: a firma Edward Johnston & CO. e o comércio exportador, 1842 -1852*. *Revista Tempo*, Rio de Janeiro, v.37, n.1, p. 1 - 21.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. (1995). São Paulo: Companhia das Letras.
- IZECKSOHN, Vitor. (2001). *Resistências ao recrutamento para o Exército durante as Guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos na década de 1860*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 84 – 109.
- KAJAER, Anne Mette; HANSEN, Ole Hersted e THOMSEN, Jens Peter Frolund. (2002). *Conceptualizing State Capacity*. *DEMSTAR Research Report*, Aarhus: University of Aarhus, Department of Political Science, n.6, p. 3-32.
- MELLO, Evaldo Cabral de. (2004). *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1917 a 1824*. São Paulo: Ed. 34.
- NABUCO, Joaquim. (1899). *Um estadista do Império: Nabuco de Araújo, sua vida, suas opiniões, sua época*. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro – Editor.
- _____. *O abolicionismo*. (2002). SANTIAGO, Silviano (coord.), *Coleção Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, vl. 1, 2ª edição.



**XXXI CONGRESO ALAS
URUGUAY 2017**

3 - 8 Diciembre / Montevideo

Las encrucijadas abiertas de América Latina

La sociología en tiempos de cambio

- OLIVEIRA, Luciano. (2011). Relendo ‘Vigiar e punir. Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vl. 4, n. 2, p. 309-338, abr/mai/jun.
- PARRON, Tâmis. (2011). A política da escravidão no Império do Brasil (1826 – 1865). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. (2005). Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos. São Paulo: Ed. Unesp.
- PECHMAN, Robert Moises. (1999). Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas de Campinas, Campinas, São Paulo.
- SALDANHA, Flávio Henrique Dias. (2010). “Deus é grande, mas o mato é muito maior: o recrutamento militar no Brasil imperial”. Revista de História de Juiz de Fora, v. 15, n. 2, p. 175-202.
- SOUZA, Jessé. (2000). A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília, Ed. UNB.
- TORRES, João Camillo de Oliveira. (1968). Os construtores do Império: ideais e lutas do Partido Conservador Brasileiro. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- VIANA, Oliveira. (1938). Evolução do povo brasileiro. São Paulo, Ed. Nacional, 3ª ed.
- _____. (1999). Instituições Políticas Brasileiras, Brasília, Senado Federal.
- _____. (2002). Populações Meridionais do Brasil. Santiago, Silvano (coord.), Coleção Intérpretes do Brasil, vl.1, Rio de Janeiro, Nova Aguilar, 2ª edição.
- URUGUAY, Paulino José Soares de Souza, Visconde do. (1865) Estudos Práticos sobre a Administração das províncias no Brasil. Rio de Janeiro, B.L.Garnier.
- _____. (1862). Ensaio sobre o Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Typographia Nacional.